

Referências das Rotinas Administrativas da Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-DGAPE-002 – Gerir a Divisão de Planejamento de Pessoal

Com vigência a partir de 29/11/2021

Resolução CNJ nº 325, de 29/06/2020 - Dispõe sobre o Planejamento Estratégico, Gestão Estratégica e Estratégia Nacional do Poder Judiciário;

Resolução TJ/OE nº 11/2021 - Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJERJ);

Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Provimento CGJ 32/2021, que institui e regulamenta o Código de Ética e Conduta dos servidores e colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGAPE-005 – Processar Designação/Dispensa de Secretário de Juiz de Direito, Auxiliar de Gabinete E Auxiliar de Gabinete do Juízo

Com vigência a partir de 17/01/2022

Lei Estadual nº 9270/2021 - altera o caput do artigo 4. da Lei Estadual 5775 de 29/06/2010;

Lei nº 6956/2015 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ);

Lei Estadual nº 5775/2010 - dispõe sobre a criação da estrutura do gabinete do juízo, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Lei Estadual nº 4620/2005 – dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei Estadual nº 2369/1994 - Cria a função gratificada de secretário de Juiz de Direito de direito e dá outras providências;

Decreto Lei nº 220/1975 e Decreto nº 2479/1979 - dispõem sobre o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 08/08/2012 - proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências;

Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências;

Resolução nº 01/95 do Conselho da Magistratura - regulamenta a Lei Estadual nº 2369/94.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 15/2017 – Regulamenta o Gabinete do Juízo;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 02/2011 – regulamenta a Lei Estadual 2775/2010 de 29/06/2010;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 06/2012 - dispõe sobre os procedimentos a serem observados quanto à nomeação para cargo de provimento em comissão e designação para função de confiança ou função gratificada, conforme o disposto na Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02/2011 de 29 de junho de 2010 - dispõe sobre a sistemática a ser observada para a designação dos servidores para o exercício das funções gratificadas de que trata a Lei n. 5.775, de 29 de junho de 2010;

Ato Normativo TJ nº 03/2009 – estabelece normas e diretrizes dos atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

RAD-DGAPE-006 – Processar Solicitações de Cadastramento/Desligamento de Funcionário Cedido por Órgãos Externos

Com vigência a partir de 17/01/2022

Resolução CNJ nº 88/2009 - Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de funcionários requisitados;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 44 /2015 - Estabelece a possibilidade de servidores cedidos pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos Municípios, ao Tribunal de Justiça, para as atividades referentes ao processamento de executivos fiscais, cumprirem os mandados dessa natureza como oficiais de justiça ad hoc;

Ato Executivo 2275/1999 - Veda, no âmbito do Poder Judiciário, toda e qualquer requisição de pessoal sem a expressa e prévia autorização da Presidência do Tribunal de Justiça, e dá outras providências;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2016 - Dispõe sobre a cessão de servidores de outros entes públicos para o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-DGAPE-008 – Gerir a Divisão de Pessoal

Com vigência a partir de 17/12/2021

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
– Parte Judicial;

Código de Ética e Conduta da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 11/2021 – Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do PJERJ;

Resolução TJ/OE nº 38/2010 - Altera a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, as atribuições administrativas de suas respectivas unidades, estabelece a lotação de seus cargos comissionados e funções gratificadas, e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 70/2009 - Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

RAD-DGAPE-009 – Proceder às Anotações Cadastrais

Com vigência a partir de 16/11/2021

Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988;

Lei nº 13105 de 16/03/2015 - Código de Processo Civil;

Lei nº 10406 de 10/01/2002 - Código Civil;

Lei Estadual nº 6956/2015 - Dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 4620/2005 - Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto nº 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Parte Judicial - Vigência a contar de 07/01/2021

Ato Normativo nº 04/2009 - Resolve que cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição contará com a estrutura denominada 'Gabinete do Juízo' que será integrado pelo Secretário do Juiz, um Auxiliar de Gabinete e dois Assistentes de Gabinete, podendo ter auxílio de estagiários de Direito, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº3/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 25/2013 - Institui o Grupo de Trabalho para Estudo de Lotação das Serventias de Primeira Instância.

Portaria nº 02/2009 - Resolve delegar ao Corregedor-Geral da Justiça a decisão acerca dos requerimentos de licença-prêmio e férias dos servidores do primeiro grau de jurisdição e daqueles lotados nas unidades administrativas;

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Comunicação Institucional
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

12/01/2022